

Masculinidades Diversas: Promovendo Inclusão e Equidade através de Políticas Educacionais e Programas Extracurriculares

Camila dos Santos Cunha¹
Caroline Camargo Da Silva²
George Moraes De Luiz³
Myllena Oliveira Portela⁴

RESUMO: O artigo “Masculinidades Diversas: Promovendo Inclusão e Equidade através de Políticas Educacionais e Programas Extracurriculares” analisa como as políticas curriculares, práticas disciplinares e programas extracurriculares influenciam a construção das masculinidades no ambiente escolar brasileiro. Inicialmente, discute-se como as políticas curriculares reforçam normas tradicionais de gênero. Em seguida, examina-se como as práticas disciplinares nas escolas reforçam normas tradicionais de masculinidade, punindo comportamentos não normativos e perpetuando a violência e a agressividade como aspectos aceitáveis da masculinidade. Por fim, o artigo discute o papel dos programas extracurriculares na promoção de masculinidades diversas e na criação de um ambiente escolar mais inclusivo. O estudo conclui que para promover uma educação mais inclusiva e equitativa para todos os estudantes, as políticas públicas devem apoiar essas iniciativas e garantir sua implementação; sendo essencial reformular as políticas curriculares para reconhecer e valorizar a diversidade de gênero, implementar uma perspectiva de gênero transversal nos currículos e fornecer formação contínua para educadores sobre questões de gênero.

Palavras-chave: Masculinidades; inclusão; equidade; políticas educacionais; programas extracurriculares.

Diverse Masculinities: Promoting Inclusion and Equity through Educational Policies and Extracurricular Programs

ABSTRACT: The article “Diverse Masculinities: Promoting Inclusion and Equity through Educational Policies and Extracurricular Programs” analyzes how curriculum policies, disciplinary practices, and extracurricular programs influence the construction of masculinities in the Brazilian school environment. Initially, it discusses how curriculum policies reinforce traditional gender norms. It then examines how disciplinary practices in schools reinforce traditional norms of masculinity, punishing non-normative behaviors and perpetuating violence and aggression as acceptable aspects of masculinity. Finally, the article discusses the role of extracurricular programs in promoting diverse masculinities and creating a more inclusive school environment. The study concludes that to promote a more inclusive and equitable education for all students, public policies must support these initiatives and ensure their implementation; it is essential to reformulate curriculum policies to recognize and value gender diversity, implement a transversal gender perspective in the curriculum, and provide continuous training for educators on gender issues.

¹ Mestranda em Educação, Universidade Federal de Rondonópolis (UFR), camila.cunha@aluno.ufr.edu.br.

² Mestranda em Educação, Universidade Federal de Rondonópolis (UFR), caroline.camargo@aluno.ufr.edu.br.

³ Doutor em Psicologia Social, Universidade Federal de Rondonópolis (UFR), george@ufr.edu.br.

⁴ Mestranda em Educação, Universidade Federal de Rondonópolis (UFR), myllena.portela@aluno.ufr.edu.br.

Keywords: *Masculinities; inclusion; equity; educational policies; extracurricular programs.*

Masculinidades Diversas: Promoviendo Inclusión y Equidad a través de Políticas Educativas y Programas Extracurriculares

RESUMEN: *El artículo “Masculinidades Diversas: Promoviendo Inclusión y Equidad a través de Políticas Educativas y Programas Extracurriculares” analiza cómo las políticas curriculares, las prácticas disciplinarias y los programas extracurriculares influyen en la construcción de las masculinidades en el ambiente escolar brasileño. Inicialmente, se discute cómo las políticas curriculares refuerzan las normas tradicionales de género. En seguida, se examina cómo las prácticas disciplinarias en las escuelas refuerzan las normas tradicionales de masculinidad, castigando comportamientos no normativos y perpetuando la violencia y la agresividad como aspectos aceptables de la masculinidad. Finalmente, el artículo discute el papel de los programas extracurriculares en la promoción de masculinidades diversas y en la creación de un ambiente escolar más inclusivo. El estudio concluye que para promover una educación más inclusiva y equitativa para todos los estudiantes, las políticas públicas deben apoyar estas iniciativas y garantizar su implementación; siendo esencial reformular las políticas curriculares para reconocer y valorar la diversidad de género, implementar una perspectiva de género transversal en los currículos y brindar formación continua para educadores sobre cuestiones de género.*

Palabras-clave: *Masculinidades; Inclusión; Equidad; Políticas Educativas; Programas Extracurriculares.*

Introdução

A construção das identidades de gênero no ambiente escolar é um tema de crescente interesse e importância para educadores, pesquisadores e formuladores de políticas públicas. As escolas são espaços centrais na socialização das crianças e adolescentes, onde normas e expectativas de gênero são ensinadas, reforçadas e, em alguns casos, desafiadas. Joan Scott define gênero como uma construção social essencial para entender as relações de poder, argumentando que o gênero vai além das características biológicas, influenciando e sendo influenciado por símbolos culturais, normas, instituições e identidades subjetivas (SCOTT, 1986).

No Brasil, iniciativas como o Plano Nacional de Educação (PNE) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) têm o potencial de promover uma educação mais inclusiva. O PNE, por exemplo, estabelece diretrizes e metas para a educação nacional, incluindo a promoção da igualdade de gênero e a valorização da diversidade. Os PCNs, por sua vez, fornecem orientações curriculares que podem ser utilizadas para integrar questões de gênero e diversidade nos conteúdos escolares. No entanto, a efetiva implementação dessas diretrizes enfrenta desafios, como a resistência cultural e a falta de formação adequada para educadores. É necessário um compromisso contínuo para garantir que as questões de gênero sejam

efetivamente integradas nos currículos escolares. Além disso, é importante que as políticas públicas sejam acompanhadas de mecanismos de monitoramento e avaliação para garantir sua implementação efetiva e identificar áreas que necessitam de melhorias (BRASIL, 2014).

As políticas curriculares, práticas disciplinares e programas extracurriculares desempenham um papel significativo na maneira como as masculinidades⁵ e feminilidades são construídas e percebidas pelos estudantes. Promover uma educação mais inclusiva e equitativa, que reconheça e valorize a diversidade de gênero, é uma necessidade urgente. Estudos como os de Guacira Lopes Louro (1997; 2000) e Miriam Abramovay e Mary Garcia Castro (2004) destacam que os currículos escolares frequentemente reforçam normas tradicionais de gênero, perpetuando estereótipos e marginalizando estudantes que não se conformam a essas normas. A falta de representações diversas e inclusivas nos currículos pode perpetuar um ambiente escolar hostil, afetando negativamente o desempenho acadêmico e o bem-estar emocional dos estudantes.

Este estudo aborda a forma como as políticas curriculares, práticas disciplinares e programas extracurriculares influenciam a construção das masculinidades no ambiente escolar brasileiro. As políticas curriculares, ao definir o conteúdo e a metodologia de ensino, têm o poder de legitimar certas identidades e práticas de gênero enquanto deslegitimam outras. As práticas disciplinares muitas vezes refletem e reforçam expectativas de gênero prejudiciais, enquanto os programas extracurriculares podem tanto perpetuar quanto desafiar estereótipos de gênero.

Este artigo oferece contribuições importantes, pois, primeiramente, ao fornecer uma análise de como as políticas curriculares frequentemente reforçam normas tradicionais de gênero, o estudo destaca a necessidade de incluir conteúdos que abordem a diversidade de gênero e implementar uma perspectiva de gênero transversal nos currículos. Em segundo lugar, ao examinar as práticas disciplinares, o estudo sublinha a importância de promover formas alternativas e não-violentas de masculinidade. Por fim, ao discutir o papel dos programas extracurriculares, o estudo apresenta exemplos de iniciativas que ajudam a desafiar estereótipos de gênero e promover a inclusão, oferecendo modelos práticos para a integração de práticas inclusivas no currículo escolar.

⁵ Em suas obras, Raewyn Connell critica a noção de masculinidade hegemônica como fixa e estática, propondo uma visão mais crítica que entende as masculinidades como práticas sociais dinâmicas, interseccionais e contextuais, constantemente negociadas e reconfiguradas em relação a fatores como raça, classe e globalização (CONNELL, 2000; 2005; 2014).

A criação de um ambiente escolar que valorize a diversidade e promova a inclusão e a equidade para todos os estudantes é essencial. A implementação de políticas educacionais que reconheçam e valorizem a diversidade de gênero é fundamental para criar um ambiente escolar mais inclusivo.

Em suma, este estudo contribui para o campo da educação ao fornecer uma análise abrangente de como diferentes aspectos do ambiente escolar influenciam a construção das masculinidades. Ao destacar a importância de políticas e práticas inclusivas, o estudo oferece recomendações práticas para educadores, formuladores de políticas e outras pessoas interessadas em promover uma educação mais equitativa e inclusiva.

1. Políticas Curriculares e Representações de Gênero

As políticas curriculares desempenham um papel fundamental na formação das identidades de gênero dos estudantes. Elas não apenas determinam o conteúdo que será ensinado, mas também influenciam as representações de gênero que são promovidas e valorizadas no ambiente escolar. No contexto brasileiro, as políticas curriculares frequentemente refletem e reforçam normas tradicionais de gênero (LOURO, 1997).

Por exemplo, disciplinas como História e Literatura frequentemente destacam figuras masculinas e suas conquistas, enquanto as contribuições das mulheres são minimizadas ou ignoradas. Essa representação desigual reforça a ideia de que os homens são os principais agentes da história e da cultura, enquanto as mulheres desempenham papéis secundários. Além disso, a ausência de discussões sobre diversidade de gênero e sexualidade nos currículos contribui para a marginalização de estudantes que não se conformam às normas tradicionais de gênero (*Ibid.*).

As representações de gênero promovidas pelas políticas curriculares têm influência significativa no ambiente escolar e na formação das identidades de gênero dos estudantes. Estudos como o de Abramovay e Castro (2004) mostram que a falta de representações diversas e inclusivas nos currículos pode contribuir para a perpetuação de um ambiente escolar hostil para estudantes que não se conformam às normas tradicionais de gênero. Esses estudantes podem enfrentar discriminação, bullying e exclusão, o que pode afetar negativamente seu desempenho acadêmico e bem-estar emocional.

Além disso, as representações tradicionais de gênero nos currículos podem limitar as oportunidades educacionais e profissionais dos estudantes. Meninas, por exemplo, podem ser

desencorajadas a seguir carreiras em áreas tradicionalmente dominadas por homens, como as ciências exatas e a engenharia, devido à falta de modelos femininos nessas áreas. Da mesma forma, meninos podem ser desencorajados a explorar áreas consideradas “femininas”, como as artes e a educação, devido à pressão para se conformar às normas tradicionais de masculinidade (CONNELL, 1995).

Para promover uma educação mais inclusiva e equitativa, é essencial que as políticas curriculares sejam reformuladas para reconhecer e valorizar a diversidade de gênero. Isso requer a inclusão de conteúdos que abordem a história e as contribuições das mulheres e de pessoas LGBTQIA+, bem como a promoção de representações diversas e inclusivas de gênero em todas as disciplinas (LOURO, 1997).

Uma abordagem eficaz é a implementação de uma perspectiva de gênero transversal nos currículos, conforme sugerido por Louro (1997). Isso significa que as questões de gênero devem ser integradas em todas as disciplinas e não tratadas como um tema isolado. Por exemplo, em aulas de História, os professores podem destacar as contribuições de mulheres e pessoas LGBTQIA+ em diferentes períodos históricos. Em aulas de Ciências, podem ser discutidas as barreiras enfrentadas por mulheres e minorias de gênero na ciência e as estratégias para superá-las.

Além disso, é fundamental que os educadores recebam formação contínua sobre questões de gênero e diversidade. Isso inclui a qualificação para reconhecer e desafiar estereótipos de gênero, bem como a promoção de práticas pedagógicas inclusivas que valorizem a diversidade de experiências e identidades de gênero dos estudantes (CONNELL, 1995).

As políticas públicas também desempenham um papel significativo na promoção de uma educação inclusiva e equitativa. Iniciativas como o Plano Nacional de Educação (PNE) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) têm o potencial de promover uma educação mais inclusiva, mas é necessário um compromisso contínuo para garantir que as questões de gênero sejam efetivamente integradas nos currículos escolares. Além disso, é importante que as políticas públicas sejam acompanhadas de mecanismos de monitoramento e avaliação para garantir sua implementação efetiva e identificar áreas que necessitam de melhorias (BRASIL, 2014).

A formação de professores é um aspecto importante para a implementação efetiva de políticas curriculares que promovam a igualdade de gênero. Os educadores desempenham um papel fundamental na criação de um ambiente escolar inclusivo e no desafio aos estereótipos

de gênero. No entanto, muitos professores não recebem formação adequada sobre questões de gênero e diversidade durante sua formação inicial e continuada (VIANNA; UNBEHAUM, 2004).

É essencial que os programas de formação de professores incluam disciplinas e atividades que abordem a temática de gênero de forma transversal e interdisciplinar. Os educadores devem ser qualificados para reconhecer e desconstruir estereótipos de gênero, promover a igualdade e o respeito à diversidade em sala de aula, e desenvolver práticas pedagógicas inclusivas (*Ibid.*). Além disso, a formação continuada deve ser oferecida regularmente para atualizar os conhecimentos dos professores e fornecer suporte para lidar com situações desafiadoras relacionadas a questões de gênero.

Outro aspecto importante para a promoção da igualdade de gênero nas escolas é a disponibilidade de materiais didáticos inclusivos e não estereotipados. Livros didáticos, recursos audiovisuais e outros materiais utilizados em sala de aula frequentemente reforçam estereótipos de gênero e apresentam representações limitadas e desiguais de homens e mulheres (ROSEMBERG, 2001).

É necessário que as políticas curriculares estabeleçam diretrizes para a produção e seleção de materiais didáticos que promovam a igualdade de gênero e a diversidade. Esses materiais devem apresentar representações equilibradas e não estereotipadas de homens e mulheres, incluir a contribuição de mulheres e pessoas LGBTQIA+ em diferentes áreas do conhecimento, e abordar questões de gênero de forma crítica e reflexiva (*Ibid.*). Além disso, os materiais didáticos devem ser revisados periodicamente para garantir que estejam alinhados com as políticas curriculares e as demandas sociais.

No entanto, a implementação de políticas curriculares que promovam a igualdade de gênero enfrenta desafios significativos, incluindo a resistência cultural às mudanças nas normas de gênero. Muitas vezes, há uma oposição por parte de setores conservadores da sociedade, que veem a inclusão de questões de gênero nos currículos como uma ameaça aos valores tradicionais e à estrutura familiar (JUNQUEIRA, 2009).

Essa resistência pode se manifestar de várias formas, como pressão política para impedir a implementação de políticas curriculares inclusivas, campanhas de desinformação que distorcem o objetivo da educação para a igualdade de gênero, e até mesmo ameaças e violência contra educadores e ativistas que defendem essas pautas (*Ibid.*). É fundamental que as políticas

públicas enfrentem essa resistência e garantam a proteção dos direitos humanos e da liberdade de expressão no ambiente escolar.

Para superar esses desafios, é necessário um esforço conjunto de diferentes atores sociais, incluindo governos, escolas, educadores, famílias e movimentos sociais. A promoção da igualdade de gênero na educação requer um compromisso contínuo e de longo prazo, que envolve mudanças culturais, políticas e pedagógicas (LOURO, 1997).

Políticas curriculares que reconhecem e valorizam a diversidade de gênero são essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ao promover representações inclusivas e desafiar estereótipos de gênero, essas políticas contribuem para a formação de cidadãos críticos e respeitosos, capazes de conviver com as diferenças e lutar contra todas as formas de discriminação e violência (*Ibid.*).

A promoção da igualdade de gênero por meio das políticas curriculares é um processo complexo e desafiador, mas fundamental para a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva e transformadora. É necessário um compromisso político, social e pedagógico para garantir que essas políticas sejam implementadas de forma efetiva e sustentável, superando a resistência cultural e promovendo mudanças duradouras nas representações e relações de gênero na sociedade brasileira.

2. Práticas Disciplinares e Normas de Masculinidade

As práticas disciplinares nas escolas frequentemente reforçam normas tradicionais de masculinidade, punindo comportamentos que não se alinham com essas normas e perpetuando a ideia de que certos comportamentos são inerentes aos meninos. No contexto brasileiro, a construção das masculinidades no ambiente escolar é um processo influenciado por diversas práticas institucionais. As práticas disciplinares, em particular, desempenham um papel importante ao reforçar normas tradicionais de masculinidade. Estudos como o de Guacira Lopes Louro, em *Gênero, Sexualidade e Educação: Uma Perspectiva Pós-Estruturalista*, destacam como as escolas, através de suas práticas disciplinares punem, muitas vezes, comportamentos que não se alinham às expectativas tradicionais de gênero. Meninos que demonstram comportamentos considerados ‘femininos’ ou que não exibem a agressividade esperada são frequentemente alvo de punições, reforçando a ideia de que a masculinidade deve ser associada à força e à dominação (LOURO, 1997).

Além disso, a pesquisa de Miriam Abramovay e Mary Garcia Castro, em *Juventude e Sexualidade*, revela como as práticas disciplinares nas escolas podem perpetuar a violência e a agressividade como aspectos aceitáveis da masculinidade. Ao punir comportamentos não agressivos ou não violentos, as escolas, muitas vezes, reforçam a ideia de que a agressividade é uma característica inerente e desejável nos meninos. Isso cria um ambiente onde a violência é normalizada e até mesmo valorizada como uma expressão legítima de masculinidade. Abramovay e Castro sugerem que as escolas implementem políticas que promovam formas alternativas e não-violentas de masculinidade, destacando a importância de criar um ambiente escolar que valorize a empatia, a cooperação e a resolução pacífica de conflitos (ABRAMOVAY; CASTRO, 2004).

A pesquisa de Marcos Nascimento, em *Masculinidades e Violência na Escola*, também contribui para essa discussão ao analisar como as práticas disciplinares e as interações sociais nas escolas reforçam normas heteronormativas de masculinidade. Nascimento destaca que termos pejorativos são frequentemente usados para policiar a masculinidade e a sexualidade dos meninos, criando um ambiente onde a diversidade de gênero e sexualidade é marginalizada. As práticas disciplinares que não abordam essas dinâmicas contribuem para a perpetuação de um ambiente escolar hostil para aqueles que não se conformam às normas tradicionais de gênero. Nascimento sugere a necessidade de políticas que abordem a diversidade de gênero e sexualidade de maneira inclusiva, promovendo um ambiente escolar mais acolhedor e equitativo para todos os estudantes (NASCIMENTO, 2001).

As práticas disciplinares que reforçam normas tradicionais de masculinidade têm implicações significativas para a educação no Brasil. Elas não apenas limitam as oportunidades educacionais para certos grupos de estudantes, mas também perpetuam um ambiente escolar que valoriza a conformidade às normas de gênero tradicionais em detrimento da diversidade e da inclusão. Para promover um ambiente escolar mais inclusivo, é essencial implementar políticas que reconheçam e valorizem a diversidade de masculinidades, garantindo que todos os estudantes se sintam seguros e valorizados (CONNELL, 1995).

Outro aspecto importante a ser considerado é a forma como as práticas disciplinares são aplicadas de maneira diferenciada para meninos e meninas. Estudos têm demonstrado que os meninos são mais frequentemente alvo de punições e sanções disciplinares do que as meninas, mesmo quando apresentam comportamentos semelhantes (CARVALHO, 2004). Essa disparidade na aplicação das práticas disciplinares reflete e reforça estereótipos de gênero,

perpetuando a ideia de que os meninos são naturalmente mais indisciplinados e agressivos, enquanto as meninas são mais dóceis e obedientes.

Essa diferenciação nas práticas disciplinares pode ter consequências negativas para o desenvolvimento e o bem-estar dos estudantes. Meninos que são constantemente punidos e rotulados como problemáticos podem internalizar essas mensagens e desenvolver uma autoimagem negativa, afetando sua autoestima e seu desempenho acadêmico (*Ibid.*). Além disso, a falta de um olhar crítico sobre as normas de gênero que permeiam as práticas disciplinares pode levar à naturalização e à perpetuação de comportamentos prejudiciais, como a violência e a agressividade.

Para enfrentar essas questões, é necessário que as escolas adotem uma abordagem mais reflexiva e crítica em relação às práticas disciplinares. Isso envolve questionar as normas de gênero subjacentes a essas práticas e buscar formas mais equitativas e inclusivas de lidar com a disciplina e o comportamento dos estudantes. Uma estratégia importante é a promoção de práticas restaurativas, que enfatizam a resolução de conflitos por meio do diálogo, da empatia e da responsabilização, em vez de punições punitivas (NASCIMENTO, 2001).

Além disso, é fundamental que os educadores recebam formação adequada para lidar com questões de gênero e diversidade no contexto das práticas disciplinares. Isso inclui a qualificação para reconhecer e desconstruir estereótipos de gênero, bem como para adotar abordagens pedagógicas que valorizem a diversidade e promovam a igualdade (LOURO, 1997). A formação docente deve abordar também estratégias para lidar com situações de conflito e violência de maneira não violenta e restaurativa, contribuindo para a construção de um ambiente escolar mais seguro e acolhedor para todos os estudantes.

Outra estratégia importante é o envolvimento da comunidade escolar na discussão e na elaboração de políticas disciplinares mais inclusivas e equitativas. Isso inclui a participação de estudantes, famílias e funcionários da escola na definição de regras e expectativas de comportamento que sejam justas e respeitadas para todos (ABRAMOVAY; CASTRO, 2004). A construção coletiva de um ambiente escolar mais inclusivo e democrático pode contribuir para a ressignificação de normas de gênero prejudiciais e para a promoção de relações mais saudáveis e igualitárias entre os estudantes.

Também é fundamental que as políticas educacionais em nível nacional e local reconheçam a importância de abordar as questões de gênero e diversidade no contexto das práticas disciplinares. Isso envolve a inclusão desses temas nos currículos de formação docente,

bem como a elaboração de diretrizes e orientações que promovam práticas disciplinares mais inclusivas e equitativas nas escolas (CONNELL, 1995). A articulação entre políticas públicas, formação docente e práticas escolares é essencial para a construção de uma educação verdadeiramente transformadora, que valorize a diversidade e promova a igualdade de gênero.

3. Programas Extracurriculares e Inclusão de Masculinidades Diversas

Os programas extracurriculares desempenham um papel importante na promoção de masculinidades diversas e na criação de um ambiente escolar mais inclusivo. Esses programas oferecem oportunidades para que os estudantes explorem diferentes aspectos de suas identidades de gênero fora do ambiente acadêmico tradicional, permitindo a expressão de masculinidades que desafiam as normas tradicionais.

Os programas extracurriculares, como clubes de debate, esportes, artes e grupos de apoio, podem proporcionar um espaço seguro para que os meninos explorem e expressem diferentes formas de masculinidade. Estudos mostram que a participação em atividades extracurriculares está associada a uma série de benefícios, incluindo melhor desempenho acadêmico, maior autoestima e habilidades sociais aprimoradas (ECCLES; BARBER, 1999). Esses programas podem ajudar a desafiar estereótipos de gênero ao oferecer oportunidades para que os meninos se envolvam em atividades que não são tradicionalmente associadas à masculinidade, como dança, teatro e artes visuais (*Ibid.*).

Um exemplo de programa extracurricular que promove masculinidades diversas é o projeto “MenCare”, uma iniciativa global que visa envolver homens na promoção da igualdade de gênero e na paternidade responsável. No Brasil, o “MenCare” tem sido implementado em várias escolas, oferecendo oficinas e atividades que incentivam os meninos a refletirem sobre suas identidades de gênero e a desenvolverem habilidades de cuidado e empatia (PROMUNDO, 2016). Essas atividades ajudam a desconstruir a ideia de que a masculinidade está associada à agressividade e à dominação, promovendo formas de masculinidade que valorizam a cooperação e a resolução pacífica de conflitos (*Ibid.*).

Outro exemplo é o programa “Guri”, que oferece educação musical gratuita para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social no estado de São Paulo. O programa não apenas ensina habilidades musicais, mas também promove a inclusão social e a diversidade de gênero. Meninos e meninas participam juntos das atividades musicais, desafiando estereótipos de gênero e promovendo a igualdade (GURI, 2020). A participação em atividades musicais

pode ajudar os meninos a desenvolverem habilidades emocionais e sociais, promovendo formas de masculinidade que valorizam a sensibilidade e a expressão emocional (*Ibid.*).

A pesquisa de Michael Kimmel, em *Guyland: The Perilous World Where Boys Become Men*, destaca a importância de criar espaços onde os meninos possam explorar diferentes formas de masculinidade sem medo de julgamento ou punição. Kimmel argumenta que os programas extracurriculares podem desempenhar um papel fundamental na promoção de masculinidades saudáveis e inclusivas, oferecendo oportunidades para que os meninos desenvolvam habilidades de empatia, cooperação e resolução de conflitos. Esses programas podem ajudar a reduzir a violência e a agressividade nas escolas, promovendo um ambiente mais seguro e acolhedor para todos os estudantes (KIMMEL, 2008).

Além disso, a pesquisa de R.W. Connell, em *Masculinities*, sugere que a participação em programas extracurriculares pode ajudar a desafiar a hegemonia masculina ao oferecer oportunidades para que os meninos explorem formas alternativas de masculinidade. Connell argumenta que a hegemonia masculina é mantida através da marginalização de formas de masculinidade que não se alinham às normas tradicionais. Ao promover a inclusão de masculinidades diversas, os programas extracurriculares podem ajudar a desafiar essa hegemonia e a promover a igualdade de gênero (CONNELL, 1995).

Apesar dos benefícios, a implementação de programas extracurriculares inclusivos enfrenta vários desafios. Um dos principais desafios é a resistência cultural às mudanças nas normas de gênero. Muitos pais, educadores e estudantes podem ter preconceitos arraigados sobre o que constitui uma masculinidade “adequada” e podem resistir a programas que desafiam essas normas (*Ibid.*). Além disso, a falta de recursos e financiamento pode limitar a disponibilidade e a qualidade desses programas, especialmente em escolas públicas e em áreas de baixa renda (PROMUNDO, 2016).

Para superar esses desafios, é essencial que as escolas e os formuladores de políticas adotem uma abordagem proativa para a promoção de masculinidades diversas. Isso inclui a alocação de recursos adequados para o desenvolvimento e a implementação de programas extracurriculares inclusivos, bem como a formação contínua de educadores sobre questões de gênero e diversidade (ECCLES; BARBER, 1999). Além disso, é importante envolver a comunidade escolar, incluindo pais e estudantes, no desenvolvimento e na implementação desses programas, garantindo que eles sejam culturalmente sensíveis e relevantes (PROMUNDO, 2016).

Os programas extracurriculares têm um potencial significativo para promover a inclusão de masculinidades diversas e criar um ambiente escolar mais inclusivo e equitativo. Ao oferecer oportunidades para que os meninos explorem e expressem diferentes formas de masculinidade, esses programas podem ajudar a desafiar estereótipos de gênero e a promover masculinidades não-caracterizadas pela violência.

No entanto, é importante reconhecer que os programas extracurriculares não são uma solução única para a promoção da igualdade de gênero nas escolas. Eles devem fazer parte de uma abordagem mais ampla que inclua mudanças curriculares, políticas escolares e formação de educadores (CONNELL, 1995). Além disso, é fundamental que esses programas sejam acessíveis a todos os estudantes, independentemente de sua origem socioeconômica ou identidade de gênero.

Outra consideração importante é a necessidade de avaliar e monitorar continuamente a eficácia desses programas. A pesquisa sobre a eficácia dos programas extracurriculares na promoção de masculinidades diversas ainda é limitada, e mais estudos são necessários para identificar as melhores práticas e estratégias (PROMUNDO, 2016). As escolas devem coletar dados sobre a participação dos estudantes, as mudanças nas atitudes e comportamentos e o impacto geral desses programas no clima escolar.

Além disso, é importante reconhecer que a promoção de masculinidades diversas não se limita apenas aos meninos. As meninas também desempenham um papel relevante no enfrentamento de estereótipos de gênero e na promoção da igualdade (CONNELL, 1995). Os programas extracurriculares devem ser inclusivos e acolhedores para todos os estudantes, independentemente de sua identidade de gênero.

Conclusão

Este estudo buscou analisar como as políticas curriculares, as práticas disciplinares e os programas extracurriculares influenciam a construção das masculinidades no ambiente escolar brasileiro. A partir da análise crítica das práticas educacionais, ficou evidente que as representações de gênero promovidas pelas políticas curriculares têm um impacto significativo na formação das identidades de gênero dos estudantes. As políticas curriculares frequentemente reforçam normas tradicionais de gênero, perpetuando estereótipos e marginalizando aqueles que não se conformam a essas normas. A inclusão de conteúdos que abordem a diversidade de

gênero e a implementação de uma perspectiva de gênero transversal são estratégias essenciais para promover uma educação mais inclusiva e equitativa.

As práticas disciplinares nas escolas também desempenham um papel importante na construção das masculinidades. A punição de comportamentos que não se alinham às normas tradicionais de masculinidade e a perpetuação da violência e da agressividade como aspectos aceitáveis da masculinidade são questões que precisam ser abordadas. É necessário promover formas alternativas e não-violentas de masculinidade, criando um ambiente escolar que valorize a diversidade e a inclusão.

Os programas extracurriculares têm o potencial de promover masculinidades diversas e criar um ambiente escolar mais inclusivo. Iniciativas como “MenCare” e “Guri” demonstram como esses programas podem desafiar estereótipos de gênero e promover a inclusão. A promoção de masculinidades diversas, através de programas extracurriculares, pode contribuir para um ambiente escolar mais equitativo, beneficiando todos os estudantes.

Para promover uma educação mais inclusiva e equitativa é essencial que as políticas curriculares sejam reformuladas para reconhecer e valorizar a diversidade de gênero. Isso inclui a inclusão de conteúdos que abordem a história e as contribuições das mulheres e de pessoas LGBTQIA+, bem como a promoção de representações diversas e inclusivas de gênero em todas as disciplinas. A implementação de uma perspectiva de gênero transversal nos currículos é uma abordagem eficaz para integrar as questões de gênero em todas as disciplinas.

Além disso, é fundamental que os educadores recebam formação contínua sobre questões de gênero e diversidade. A qualificação para reconhecer e desafiar estereótipos de gênero e a promoção de práticas pedagógicas inclusivas são fundamentais para criar um ambiente escolar que valorize a diversidade de experiências e identidades de gênero dos estudantes.

No que concerne às políticas públicas, iniciativas como o Plano Nacional de Educação (PNE) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) podem promover uma educação mais inclusiva, fazendo-se necessário um compromisso contínuo para garantir que as questões de gênero sejam efetivamente integradas nos currículos escolares.

Portanto, as políticas curriculares e as representações de gênero desempenham um papel fundamental na formação das identidades de gênero dos estudantes e na promoção de um ambiente escolar inclusivo e equitativo. Desse modo, faz-se urgente desafiar as normas tradicionais de gênero e promover uma educação mais inclusiva por meio da reformulação e

efetivação das políticas públicas e curriculares, bem como através da formação contínua para educadores sobre questões de gênero.

Referências

- ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; SILVA, Lorena Bernadete da (Coord.). *Juventude e sexualidade*. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.
- BRASIL, Casa Civil. *Plano Nacional de Educação-PNE* (Lei nº 13.005). Brasília: Explanada dos Ministérios, v. 25, 2014.
- CARVALHO, M. P. Quem são os meninos que fracassam na escola? *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 34, n. 121, p. 11-40, jan./abr. 2004.
- CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M.; SILVA, L. B. DA. (2004). *Juventudes e sexualidade*. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.
- CONNELL, R. W. *Masculinities*. Berkeley: University of California Press, 1995.
- CONNELL, R. *The men and the boys*. Berkeley: University of California Press, 2000.
- CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W. Hegemonic masculinity: Rethinking the concept. *Gender & society*, v. 19, n. 6, p. 829-859, 2005.
- CONNELL, R. W. *Gender and Power: Society, the Person and Sexual Politics*. Polity Press, Cambridge: 2014.
- ECCLES, J. S.; BARBER, B. L. Student council, volunteering, basketball, or marching band: What kind of extracurricular involvement matters? *Journal of adolescent research*, v. 14, n. 1, p. 10-43, 1999.
- GURI. *Programa Guri: Educação Musical e Inclusão Social*. São Paulo: Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, 2020.
- JUNQUEIRA, R. D. Homofobia nas escolas: um problema de todos. In: JUNQUEIRA, R. D. (Org.). *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009
- KIMMEL, M. S. *Guyland: The perilous world where boys become men*. Nova Iorque: HarperCollins Publishers, 2008.
- LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- LOURO, G. L. *Currículo, gênero e sexualidade*. Porto: Porto, 2000.
- PROMUNDO. *MenCare: Relatório de Impacto*. Rio de Janeiro: Promundo, 2016.
- NASCIMENTO, M. Masculinidades e violência na escola. In: _____. SILVA, M e SANTOS, J. (Orgs.). *Gênero e educação: Teoria e prática*. São Paulo: Cortez, 2001.
- ROSEMBERG, F. Racismo em livros didáticos brasileiros e seu combate: uma revisão da literatura. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 125-146, jan./jun. 2001.

SCOTT, J. W. Gender: A Useful Category of Historical Analysis. *The American Historical Review*, 91(5), 1053–1075, 1986.

VIANNA, C.; UNBEHAUM, S. O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 34, n. 121, p. 77-104, jan./abr. 2004.

Recebido em: agosto de 2023.

Parecer em: agosto de 2023.

Publicado em: setembro de 2023.